



PREFEITURA DE FORTALEZA

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS

**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH**

EDITAL Nº 61/2015

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO**

O Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretária Municipal da Saúde e o Presidente do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos incisos VI e X do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 176, de 19 de dezembro de 2014, e considerando as competências atribuídas ao Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), por força das disposições contidas no inciso XII do art. 3º, do Decreto Municipal nº 10.187, de 17 de novembro de 1997, bem como em atenção às exigências previstas no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988 e no art. 86 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, estabelecem e divulgam as normas específicas para a abertura de inscrições e a realização de concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos efetivos de médico para a Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, criados pela Lei Complementar Municipal nº 0240, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial do Município de 30 de junho de 2015, sob o regime do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza (Lei Municipal nº 6.794/90).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso público regido por este edital será realizado pelo Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), que poderá recorrer aos serviços de outros setores, quer deste instituto, quer de instituições estranhas a ele, necessárias à realização do referido concurso.

1.2. O presente processo visa à realização de concurso público de provas e títulos com o objetivo de selecionar médico para o preenchimento de 43 (quarenta e três) vagas nas especialidades Anestesiologia, Cirurgia Geral, Clínica Geral, Intensivista, Pediatria e Traumatologia-Ortopedia, para atuar



nos seguintes hospitais: Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura (Frotinha Antonio Bezerra), Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira (Frotinha Parangaba) e Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (Frotinha Messejana) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), além de constituir cadastro de reserva, integrado pelos candidatos que obtiverem a nota mínima de aprovação e que alcançarem classificação além das vagas previstas, de acordo com o disposto no **anexo I** deste edital.

1.2.1. Compete ao ocupante dos cargos elencados no subitem anterior desempenhar as atribuições inerentes ao cargo, de acordo com o previsto no **anexo III**.

1.3. Todas as atividades do concurso em epígrafe serão realizadas, exclusivamente, na cidade de Fortaleza-CE.

1.4. Estará apto à nomeação o candidato aprovado que atender às exigências constantes do **item 12**.

1.4.1. Conforme estabelece o art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988, ficam impedidos de serem nomeados os servidores e empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluindo os servidores do município de Fortaleza, os servidores e empregados públicos de quaisquer de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos de acumulação lícita de cargos.

1.5. Os candidatos devem ter disponibilidade para a dedicação de carga horária mensal de 144 (cento e quarenta e quatro) horas mensais para o exercício do cargo efetivo de médico.

1.6. O candidato aprovado e investido em cargo público de provimento efetivo regulamentado por este edital ficará submetido ao regime jurídico previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza (Lei Municipal nº 6.794/90) e integrará o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos Servidores Municipais Médicos, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 9.310, de 06 de dezembro de 2007.

1.6.1. O vencimento básico do cargo de médico será no valor de R\$ 2.974,36 (dois mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos), definido conforme o disposto na Lei Complementar Municipal nº 0240, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza (DOM) de 30 de junho de 2015, referente ao vencimento referência 1, classe I, na forma do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos Servidores Municipais Médicos.

1.6.2. A composição da remuneração do cargo de médico, com jornada de trabalho de 144h (cento e quarenta e quatro horas) mensais / 24h (vinte e quatro horas) semanais, dar-se-á com o vencimento básico na referência D1B/01, incluídas as gratificações previstas na legislação pertinente, conforme discriminado no QUADRO I previsto abaixo:

QUADRO I

GRATIFICAÇÃO	PERCENTUAL	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Gratificação de Plantão – GP	60%, 65%, 70% ou 75%	Lei Municipal nº 9.310, de 06.12.2007 (PCCS)



Gratificação de Titulação Acadêmica – GTA	Especialização: 50% Residência Médica: 60% Mestrado: 70% Doutorado: 80%	Lei Municipal nº 7.555, de 29.06.1994
Adicional de Insalubridade	10%, 20% ou 40%	Lei Municipal nº 6.794/90 (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza) e Lei Municipal nº 9.310, de 06.12.2007 (PCCS)
Gratificação de Atendimento em Hospital Secundário – GAS	20%	Lei Municipal nº 7.555, de 29.06.1994

1.7. Os candidatos aprovados no concurso público regulamentado por este edital serão lotados na Secretaria Municipal da Saúde (SMS), obedecendo rigorosamente à ordem crescente de classificação final, de acordo com a opção de cargo na especialidade escolhida pelo candidato no ato da sua inscrição e segundo a necessidade e o interesse da administração pública.

1.7.1. A lotação dos candidatos aprovados e convocados será realizada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) em sessão pública. Nesse momento, serão apresentadas as vagas disponíveis e efetuada a chamada dos candidatos, obedecendo à ordem crescente de classificação para a ocupação das respectivas vagas.

1.7.2. As vagas remanescentes serão ocupadas pelos candidatos que compuserem o cadastro de reserva e, caso necessário, serão preenchidas de acordo com as orientações constantes dos subitens 1.7 e 1.7.1.

1.8. O cadastro de reserva será constituído pelos candidatos aprovados nesse concurso público que, na ordem crescente de classificação final, se situarem além do número de vagas, destina-se ao suprimento de vagas oriundas de desistência ou exclusão de candidatos do quadro de classificados ou ao preenchimento de vagas que venham a surgir dentro do prazo de validade do certame.

1.9. O cargo, as especialidades, a carga horária, as vagas destinadas aos candidatos da ampla concorrência, os candidatos com deficiência, o total de vagas, os candidatos aprovados para a 2ª etapa, o vencimento básico e os requisitos encontram-se previstos no **anexo I**, parte integrante deste edital.

1.10. A aprovação e a classificação final no concurso público a que se refere o presente edital não asseguram aos candidatos o direito à nomeação, mas tão somente a expectativa de serem nomeados, obedecendo-se à rigorosa ordem crescente de classificação e observando-se a existência de carência, o interesse e a conveniência da administração pública.

1.11. Os seguintes **anexos** são partes integrantes deste edital:

anexo I – o cargo, as especialidades, a carga horária, as vagas destinadas aos candidatos da ampla concorrência, os candidatos com deficiência, o total de vagas, os candidatos aprovados para a 2ª etapa, o vencimento básico e os requisitos;



- anexo II** – conteúdo programático da prova objetiva;
- anexo III** – atribuições do cargo;
- anexo IV** – requerimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição (modelo);
- anexo V** – formulário de isenção da taxa de inscrição;
- anexo VI** – declaração (de que não possui benefício previdenciário de prestação continuada);
- anexo VII** – formulário padronizado de análise de títulos;
- anexo VIII** – formulário de entrega de documentação da segunda etapa.

1.12. As datas previstas ao longo deste edital, inclusive as do quadro constante **do item 9**, poderão ser alteradas pelo IMPARH, segundo critérios de conveniência e oportunidade, o qual dará publicidade às novas datas por meio de edital divulgado exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico **<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2. O candidato, para requerer sua inscrição, deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico **<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>**, **a partir das 9h do dia 07 de julho de 2015 até às 23h59min do dia 07 de agosto de 2015 (horário de Fortaleza-CE)**. O boleto de pagamento, ainda que gerado no último dia de inscrição, deverá ser pago obrigatoriamente até a data do vencimento, observado o horário da cidade de Fortaleza-CE, não sendo permitida a alteração da respectiva data de vencimento, ainda que o referido boleto seja impresso após a data-limite para a inscrição no certame. Para inscrever-se, o candidato terá de indicar seu próprio CPF.

2.2.1. O candidato poderá fazer, no IMPARH, correções e/ou alterações em seus dados informados no formulário de inscrição, no período da inscrição. Entretanto, qualquer alteração referente ao cargo de médico, na especialidade escolhida, somente será permitida caso a solicitação tenha sido realizada até 2 (dois) dias após o término do prazo previsto para as inscrições no certame, de acordo com a data estabelecida no subitem 2.2.

2.2.2. No formulário de inscrição consta uma declaração por meio da qual o candidato afirma que conhece todas as prescrições, acata-as e preenche todos os requisitos exigidos pelo presente edital.

2.2.3. O Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH) não se responsabilizará por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações e endereços incorretos ou



incompletos fornecidos pelo candidato.

2.2.4. O candidato que fizer declaração e/ou apresentar documentos falsos ou inexatos terá a sua inscrição cancelada e serão declarados nulos, em qualquer época, todos os atos dela decorrentes. O pedido de inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato, bem como a exatidão dos dados cadastrais informados no formulário de inscrição.

2.2.4.1. As informações prestadas no formulário de inscrição são de responsabilidade exclusiva do candidato e o mero preenchimento, a confirmação e o envio dos dados desse formulário não ensejam, por si sós, qualquer direito de participação no concurso público.

2.2.5. Após o envio dos dados, conforme exigido no subitem 2.2, o candidato deverá imprimir o boleto de pagamento, o qual será emitido em seu nome, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, em qualquer agência, terminal ou correspondente bancário do Banco do Brasil, no *internet banking* ou no Banco Popular do Brasil, até a data do vencimento. Só será aceito o boleto de pagamento impresso por meio do endereço eletrônico do IMPARH, conforme as orientações constantes dos subitens 2.2 e 2.2.6, e a inscrição só será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

2.2.5.1. NÃO SERÃO ACEITOS PAGAMENTOS VIA DEPÓSITO BANCÁRIO, TRANSFERÊNCIA OU DEPÓSITO COM ENVELOPE. Caso seja detectado que o pagamento da taxa de inscrição tenha sido efetivado por um desses meios, a inscrição será automaticamente indeferida e não haverá reembolso do valor correspondente.

2.2.6. Para a correta leitura do código de barras o boleto bancário deverá ser impresso em impressora a *laser* ou a jato de tinta.

2.3. Não será deferida a inscrição se, por qualquer motivo, houver a inexistência do pagamento da taxa de inscrição.

2.4. O recibo de pagamento do boleto bancário será o comprovante de que o candidato teve sua inscrição confirmada no concurso público.

2.5. Não será válida a inscrição cujo pagamento for realizado em desobediência às condições previstas nos subitens 2.2 e 2.2.5.1 deste edital ou no caso de preenchimento incompleto do formulário eletrônico disponibilizado no portal do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>).

2.5.1. O IMPARH divulgará o resultado preliminar da solicitação de inscrição com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, de acordo com o previsto no calendário de atividades (item 09), cabendo recurso contra o indeferimento da solicitação de inscrição.

2.6. O requerimento da inscrição é particular e individual e o valor pago referente à taxa de inscrição é intransferível e insubstituível.



2.7. O Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH) não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida em decorrência de problemas nos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento nas linhas de comunicação, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.8. A taxa, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma, salvo por motivo devidamente justificado, em razão de problema provocado pelas instituições organizadoras.

2.9. O candidato aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que satisfaz os requisitos exigidos para o cargo, de acordo com o especificado no item 12 deste edital, sob pena de ter anulada sua inscrição e de serem invalidados todos os atos dela decorrentes. Desta forma, será automaticamente eliminado o candidato que não apresentar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) a documentação exigida no prazo estipulado no edital de convocação.

2.10. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição, **exclusivamente pela internet**, nos dias 08 e 09 de julho de 2015, por meio do endereço eletrônico do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>), mediante o preenchimento do formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, devendo imprimi-lo, assiná-lo e entregá-lo pessoalmente na sede do IMPARH, juntamente com os documentos comprobatórios necessários.

2.10.1. Em conformidade com a Lei Municipal nº 7.406, de 05 de outubro de 1993, com suas alterações posteriores, e a Lei Municipal nº 9.242, de 02 de julho de 2007, poderão solicitar a isenção da taxa de inscrição os candidatos que:

a) estão desempregados e não se encontram em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada e que não possuem renda de nenhuma natureza, exceto a proveniente do seguro-desemprego;

b) ganham até dois salários mínimos;

c) comprovam ser doadores de sangue e que têm, no mínimo, duas doações no período de 01 (um) ano, devendo a última doação ter sido realizada no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da divulgação do presente edital, mediante a apresentação de certidão fornecida pelo Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Ceará (HEMOCE) ou por entidade credenciada junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

2.11. A condição de desempregado será comprovada mediante a entrega, **CUMULATIVAMENTE**, dos seguintes documentos em **envelope próprio de tamanho A4**:

a) requerimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição preenchido, impresso e assinado (conforme previsto no subitem 2.10);



b) declaração preenchida, impressa e assinada (conforme previsto no **anexo VI**), na qual o requerente afirmará que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada e que não possui renda de nenhuma natureza, exceto a proveniente do seguro-desemprego;

c) cópia autenticada em cartório da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), das páginas que contêm a foto, a qualificação (dados pessoais), as anotações de todos os contratos de trabalho com a correspondente data de saída, a primeira página subsequente à do último contrato de trabalho, mesmo que esteja em branco;

d) cópia autenticada em cartório de documento oficial de identidade e CPF.

2.12. A comprovação de rendimento do requerente que ganha até 02 (dois) salários mínimos será feita mediante a entrega, **CUMULATIVAMENTE**, dos seguintes documentos em **envelope próprio de tamanho A4**:

a) requerimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição preenchido, impresso e assinado (conforme previsto no subitem 2.10);

b) cópia autenticada em cartório da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), das páginas que contêm a foto, a qualificação (dados pessoais), as anotações de todos os contratos de trabalho, da primeira página subsequente à do último contrato de trabalho, mesmo que esteja em branco, de todas as páginas em que foram registradas alterações salariais e da primeira página subsequente à da última alteração salarial, mesmo que esteja em branco;

c) declaração original do empregador na qual deve constar a remuneração atual, com firma reconhecida, ou comprovante da última folha de pagamento ou do último contracheque, referente ao mês de junho de 2015, em cópia autenticada em cartório;

d) cópia autenticada em cartório de documento oficial de identidade e CPF.

2.13. A comprovação de doador de sangue será feita mediante a entrega, **CUMULATIVAMENTE**, dos seguintes documentos em **envelope próprio de tamanho A4**:

a) requerimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição preenchido, impresso e assinado (conforme previsto no subitem 2.10);

b) certidão original expedida pelo Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Ceará (HEMOCE) ou por entidade credenciada junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), comprovando o mínimo de duas doações no período de 01 (um) ano, desde que a última doação tenha sido realizada no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da divulgação do presente edital;

c) cópia autenticada em cartório de documento oficial de identidade e CPF.

2.14. O candidato amparado pelo dispositivo legal constante do subitem 2.10 deverá preencher o formulário da solicitação de isenção da taxa de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico



<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh> e entregá-lo, obrigatoriamente, na sede do IMPARH, juntamente com a documentação exigida nos subitens 2.11, 2.12 ou 2.13, de acordo com a sua condição de isento.

2.14.1. A documentação acima discriminada deverá ser recebida em **envelope de tamanho A4 fornecido pelo próprio candidato**, no qual deverá ser colado o formulário de entrega da documentação da solicitação de isenção da taxa de inscrição (“via envelope”) disponibilizado no **anexo V**, acompanhada da “via candidato”, ambas devidamente preenchidas e assinadas.

2.15. A entrega da documentação de isenção da taxa de inscrição deverá ser feita exclusivamente pelo candidato, das 8h30min às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias 09 e 10 de julho de 2015, na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS), na sede do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH).

2.16. O candidato que tiver a sua solicitação de isenção da taxa de inscrição **deferida** estará automaticamente inscrito no concurso e deverá imprimir o cartão de identificação na forma do subitem 5.2.4.2 deste Edital.

2.17. O candidato que tiver a sua solicitação de isenção da taxa de inscrição **indeferida** poderá gerar novo boleto, conforme previsto no subitem 2.2.5, e efetuar o pagamento até a data do vencimento.

2.18. O candidato deverá obter o edital do concurso público exclusivamente no endereço eletrônico <http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>. O IMPARH não se responsabilizará por *downloads* do presente edital realizados em outro sítio que não o indicado neste subitem.

2.19. A documentação entregue a título de comprovação da condição de isento de pagamento da taxa de inscrição, de acordo com o previsto nos subitens 2.11, 2.12 e 2.13, não será devolvida em hipótese alguma.

2.20. Em nenhuma hipótese serão aceitas a anexação ou a substituição de qualquer documento após a sua entrega ou fora do período estabelecido para a entrega da documentação comprobatória da condição de isento de pagamento da taxa de inscrição, nem o seu encaminhamento por procurador, fac-símile, correio eletrônico, serviço postal ou qualquer outro meio.

3. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. As pessoas com deficiência poderão participar do concurso público regulamentado por este edital, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem, de acordo com o previsto no **anexo III**, e observadas as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, cujo art. 4º foi alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 03 de dezembro de 2004.



3.1.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar a condição de deficiente e indicar se pretende concorrer nessa condição especial.

3.1.1.1. O candidato com deficiência que concorre à reserva de vagas deverá entregar, **OBRIGATORIAMENTE**, laudo médico (original ou cópia autenticada), expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data prevista para o término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a assinatura do médico e o carimbo com o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

3.1.1.2. O candidato deverá entregar o laudo médico mediante protocolo, nos dias úteis, no período de 08 de julho a 11 de agosto de 2015, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS) do IMPARH, situado na Av. João Pessoa, 5609, Damas, Fortaleza-CE.

3.1.1.3. Para a consecução desse objetivo, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

- a)** preencher e assinar o requerimento (pessoalmente ou por intermédio de representante legal, com a entrega do devido instrumento procuratório público ou particular, com firma reconhecida);
- b)** anexar, obrigatoriamente, ao requerimento de atendimento diferenciado a cópia do laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a assinatura do médico e o carimbo com o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- c)** anexar a cópia do documento oficial de identidade original (do candidato e do seu procurador, se for o caso), e do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

3.2. Fica reservado aos candidatos com alguma deficiência, enquadrados nas categorias definidas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, desde que o número de vagas permita a aplicação do referido percentual, de acordo com o previsto no quadro constante do **anexo I** deste edital.

3.2.1. De acordo com o que dispõe o § 2º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/99, caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.3. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por candidatos em tais condições serão revertidas aos demais candidatos habilitados na ampla concorrência, observada a ordem crescente de classificação.

3.4. Os candidatos que, no formulário de inscrição, se declararem deficientes, uma vez classificados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte,



observada a respectiva ordem crescente de classificação.

3.5. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições estabelecidas no Decreto Federal nº 3.298/99, sobretudo as dispostas em seu art. 40, participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida de todos os demais candidatos para a aprovação.

3.6. Tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, o candidato de que trata o subitem 3.1 deste edital, se habilitado e classificado, será submetido à avaliação da perícia médica do Instituto de Previdência do Município (IPM), a qual decidirá, de forma terminativa, sobre a qualificação do candidato e sobre a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

3.7. Os candidatos que se declararem deficientes, se aprovados e convocados, deverão apresentar exames médico (laudos) sob sua exclusiva responsabilidade e serão submetidos à perícia médica junto ao IPM, conforme disposto no subitem anterior.

3.8. Os laudos a que se refere o subitem 3.7 deverão ter sido expedidos no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data prevista para o término das inscrições e deverão atestar ainda a espécie e o grau ou nível de deficiência, com a expressa referência ao código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a assinatura do médico e o carimbo com o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

3.9. Caso o candidato não tenha sido qualificado como pessoa com deficiência, ou sua deficiência não tenha sido julgada compatível com as atribuições do cargo, na forma do subitem 3.1 deste edital, ou não tenha atingido a pontuação suficiente para constar na lista geral de habilitados e classificados, será considerado reprovado no concurso público.

3.10. Ao candidato regularmente aprovado que se sentir prejudicado está assegurado o direito à interposição de recurso contra o resultado da avaliação da perícia médica do IPM, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir da data da divulgação do referido resultado.

3.11. Os recursos deverão ser interpostos pelo próprio candidato ou por seu procurador (mediante instrumento procuratório público ou particular), acompanhados da cópia do documento original de identidade oficial do interessado (e do documento de identidade oficial do procurador, quando for o caso), no IPM, situado na Avenida da Universidade, 2056, Centro, Fortaleza-CE, das 8h às 11h e das 14h às 16h.

3.12. No recurso, deverá constar a justificativa do pedido, acompanhada da sua fundamentação.



4. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA TODOS OS CANDIDATOS

4.1. O atendimento diferenciado à pessoa com deficiência dar-se-á de acordo com o disposto nos subitens seguintes.

4.2. O candidato com deficiência ou com a comprovada necessidade de atendimento diferenciado, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, e o art. 27, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/99, poderá solicitar, na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS) do IMPARH, condição diferenciada para a realização da prova.

4.3. Os benefícios previstos nos §§ 1º e 2º do artigo acima citado deverão ser requeridos (mediante protocolo) nos dias úteis, no período de 08 de julho a 11 de agosto de 2015, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na diretoria citada no subitem anterior.

4.3.1. Para a consecução desse objetivo o candidato deverá proceder da seguinte forma:

a) preencher e assinar o requerimento (pessoalmente ou por intermédio de representante legal, com a entrega de instrumento procuratório público ou particular, com firma reconhecida);

b) anexar, obrigatoriamente, ao requerimento de atendimento diferenciado a cópia do laudo médico expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data prevista para o término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), contendo a assinatura e o carimbo com o número do CRM;

c) anexar a cópia do documento oficial de identidade original (do candidato e do seu procurador, se for o caso), do comprovante de pagamento da taxa correspondente.

4.4. Para o atendimento diferenciado, poderão ser solicitados.

a) no caso de deficiência visual (total e/ou baixa visão), DosVox, prova ampliada (fonte 18 ou 20), prova em Braille, ledor;

b) no caso de deficiência auditiva plena, intérprete em Libras para a transmissão exclusiva de informações inerentes à aplicação das provas;

c) no caso de deficiência física que impossibilita o preenchimento do cartão-resposta, transcritor;

d) no caso de dificuldade acentuada de locomoção, espaço adequado.

4.5. De acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, o tempo de realização das provas poderá ser acrescido de uma hora para as pessoas com deficiência que tenham solicitado o atendimento diferenciado previsto nas alíneas **a**, **b** e **c** do subitem 4.4.

4.6. O candidato com deficiência que não requerer atendimento diferenciado até a data mencionada no



subitem 4.3 e não entregar o laudo médico ou não cumprir os procedimentos, os prazos e os horários estabelecidos nos subitens 4.1 e seguintes deste edital ficará impossibilitado de realizar as provas em condições especiais e não terá direito à ampliação de tempo.

4.7. O candidato que não declarar, no ato da inscrição, sua condição de deficiência não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

4.8. O atendimento às condições solicitadas no requerimento de atendimento diferenciado ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

4.9. Os candidatos que se enquadram nos casos de emergência ou de lactantes que queiram solicitar tratamento diferenciado deverão preencher o devido requerimento na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS) do IMPARH, mediante a devida protocolização, até 72 (setenta e duas) horas antes da realização das provas. Em nenhuma hipótese, o IMPARH irá deferir as solicitações de atendimento diferenciado em qualquer outro espaço físico distinto dos locais de prova previamente definidos.

4.10. A lactante que necessitar amamentar durante a aplicação da prova poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira de acordo com o subitem anterior.

4.10.1. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

4.10.2. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável pela guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

4.10.3. Não será disponibilizado pelo IMPARH um responsável para a guarda da criança, de modo que, na ausência deste, a candidata ficará impossibilitada de realizar a prova.

4.11. Se a solicitação de atendimento diferenciado não for feita previamente, conforme previsto no subitem 4.9, o pleito do candidato não será atendido no dia da realização da prova.

5. DAS ETAPAS DO CONCURSO

5.1. O concurso público efetivar-se-á em duas etapas, conforme o discriminado abaixo:

a) PRIMEIRA ETAPA – PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os candidatos;

b) SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DE TÍTULOS, de caráter meramente classificatório, para os candidatos aprovados na primeira etapa.

5.2. PRIMEIRA ETAPA – DA PROVA OBJETIVA E DAS CONDIÇÕES DE SUA REALIZAÇÃO

5.2.1. Nessa etapa, será aplicada uma prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório. A prova objetiva avaliará o grau de conhecimentos gerais e específico do candidato em relação ao conteúdo



programático constante do anexo II, parte integrante deste edital, com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, contendo 50 (cinquenta) questões, conforme estabelecido no quadro abaixo, todas com quatro alternativas de resposta (A, B, C, D), sendo somente uma considerada correta.

QUADRO II

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	NÚMERO DE QUESTÕES CERTAS
Conhecimentos Gerais	Legislação específica	10 (dez)	05
Conhecimentos Específicos	Conteúdo específico da área	40 (quarenta)	24
TOTAL DE PONTOS		50	29

5.2.2. Serão considerados aprovados nessa etapa os candidatos que, **CUMULATIVAMENTE:**

a) acertarem 50% (cinquenta por cento) do total de questões da prova de conhecimentos gerais, o que equivale a 05 questões certas;

b) acertarem 60% (sessenta por cento) do total de questões da prova de conhecimentos específicos, o que equivale a 24 (vinte e quatro) questões certas;

c) alcançarem a classificação, limitada ao quantitativo estabelecido no **anexo I**, por ordem decrescente de nota, utilizados os critérios de desempate previstos no subitem 5.2.3, exigência válida para todos os candidatos.

5.2.2.1. Serão eliminados do certame os candidatos que não atenderem às exigências descritas nas alíneas **a**, **b** e **c** do subitem 5.2.2 deste edital.

5.2.3. Ocorrendo o empate de classificação nesta etapa, o desempate entre os candidatos ocorrerá levando-se em conta os critérios abaixo relacionados, sucessivamente:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), até o último dia de inscrição previsto para este concurso;

b) o maior número de questões certas na prova de conhecimentos específicos (conteúdo específico da área);

c) a idade maior, considerando-se ano, mês e dia.

5.2.4. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

5.2.4.1. A prova objetiva será aplicada na cidade de Fortaleza-CE, com duração de 04 (quatro) horas, no **dia 13 de setembro de 2015 (domingo)**, no horário das 14h às 18h (horário de Fortaleza), para todos os candidatos.



5.2.4.2. O candidato deverá acessar o endereço eletrônico <http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh> 04 (quatro) dias antes da data da realização da prova objetiva e imprimir o cartão de identificação, do qual constará o respectivo local de realização da prova objetiva.

5.2.4.3. Não serão postados ou enviados quaisquer informativos ao endereço fornecido pelo candidato.

5.2.4.4. O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com a antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o início das provas, A partir das 14h não mais será permitido o acesso de candidatos aos locais de realização das provas.

5.2.4.5. O candidato deverá se apresentar munido, **obrigatoriamente**, de caneta esferográfica fabricada em material transparente e de seu documento oficial de identidade original com foto. Não será aceita a cópia do documento de identificação, ainda que autenticada.

5.2.4.6. A desobediência ao disposto nos subitens 5.2.4.4 e 5.2.4.5 implicará a exclusão do candidato desse certame.

5.2.4.7. Em caso de extravio do documento de identidade original (perda, roubo, etc.), aceitar-se-á a apresentação da via original de boletim de ocorrência (B.O.) emitido pela autoridade policial competente, desde que dentro do prazo de validade legal de 90 (noventa) dias. Neste caso, o candidato será encaminhado à sala da coordenação, onde será formalizada a sua identificação especial em formulário próprio.

5.2.4.7.1. Para que seja realizada a identificação especial, o candidato obrigará-se-á a entregar ao coordenador do local de prova a cópia do respectivo boletim de ocorrência (B.O.). Caso não disponha da cópia do documento, deverá deixar a via original do B.O., sob pena de ser impedido de fazer a prova e, conseqüentemente, ser eliminado do certame.

5.2.4.7.2. No caso de documentos de identidade ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, adotar-se-á o procedimento de identificação especial do candidato, de acordo com o previsto no subitem 5.2.4.7.

5.2.4.8. O cartão de identificação do candidato não é considerado documento de identificação. Por esse motivo, o candidato também deverá estar munido do seu documento oficial de identidade original com foto, na forma prevista no subitem 5.2.4.10, a fim de apresentá-lo na entrada do local da prova e ao adentrar a sala.

5.2.4.9. A inviolabilidade das provas será comprovada somente no momento de romper o lacre do malote, o que ocorrerá na presença de dois candidatos, mediante a aposição de suas assinaturas em um termo formal, na coordenação do local da prova.

5.2.4.10. São considerados documentos oficiais de identidade:

a) carteira ou cédula de identidade com foto, expedida pelas Forças Armadas, secretarias de segurança pública, unidades militares do corpo de bombeiros, órgãos fiscalizadores de exercício profissional



(ordem ou conselho de classe) e pelo Ministério das Relações Exteriores;

b) passaporte vigente;

c) certificado de reservista e carteira funcional expedida por órgão público que, por lei federal, vale como identidade;

d) carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto);

e) carteira profissional expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

5.2.4.11. Não serão aceitos como documento oficial de identidade certidões de nascimento ou casamento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

5.2.4.12. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, a fotografia do candidato.

5.2.4.13. Para assegurar a lisura e a segurança do concurso durante a realização das provas, poderá ser adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante a verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura e/ou das impressões digitais.

5.2.4.13.1. No dia da realização das provas, o IMPARH poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, nos corredores e nos banheiros.

5.2.4.14. Durante a realização da prova objetiva, não será admitida, sob pena de exclusão do presente certame, qualquer espécie de consulta e comunicação entre os candidatos, porte de arma, nem o porte e/ou utilização de caneta fabricada em material não transparente, lápis, borracha, lapiseira, marca-texto, pincel, grafite, livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas de calcular ou equipamento similar e demais aparelhos eletrônicos, tais como bip, *e-books*, telefone celular, *smartphone*, *tablet*, *iphone*[®], *ipod*[®], *ipad*[®], *walkman*[®], agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, fone de ouvido, alarme de qualquer espécie, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens e dados, máquina fotográfica, protetor auricular, aparelho de surdez não autorizado pela comissão coordenadora do certame, artigos de chapelaria (bonés, gorros, chapéus, etc.), lenços, óculos escuros e relógios de qualquer espécie.

5.2.4.14.1. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e, juntamente com os demais objetos descritos no subitem 5.2.4.14, ser acondicionados em embalagem fornecida pelo IMPARH, exclusivamente para tal fim.

5.2.4.14.2. Por medida de segurança, os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

5.2.4.15. Será disponibilizado, em cada sala de aplicação da prova objetiva, um instrumento de



marcação de tempo de duração das provas do concurso.

5.2.4.16. É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando arma. O candidato que estiver armado não poderá fazer as provas.

5.2.4.17. Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para as provas.

5.2.4.18. Em hipótese nenhuma, o candidato poderá submeter-se à aplicação das provas fora da data determinada para a realização do certame, fora do horário estabelecido para o fechamento dos portões (14h - subitem 5.2.4.1) e em outro local que não seja o predeterminado.

5.2.4.19. O preenchimento do cartão-resposta deverá ser feito pelo próprio candidato, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Proibir-se-á qualquer colaboração ou participação de terceiros para tal fim, exceto nos casos de atendimento diferenciado previamente autorizados pela comissão coordenadora do certame.

5.2.4.20. A assinatura constante do cartão-resposta deverá ser obrigatoriamente igual à do documento oficial de identidade original apresentado pelo candidato.

5.2.4.21. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção da prova por meio de processamento eletrônico. O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, o qual deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas nos documentos de aplicação. Em nenhuma hipótese, haverá a substituição do cartão-resposta em virtude de erro provocado pelo candidato.

5.2.4.22. O candidato deverá, obrigatoriamente, marcar para cada questão um, e somente um, dos campos do cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. Será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada, com rasura, com emenda ou com campo de marcação não preenchido integralmente.

5.2.4.23. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2.4.24. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão ausentar-se definitivamente do recinto de realização das provas depois de decorrida uma hora do seu início. A inobservância desse aspecto acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato do concurso público.

5.2.4.25. Ao terminar a prova, o candidato entregará obrigatoriamente ao chefe de sala o cartão-resposta assinado, o caderno de provas, bem como a folha de anotação de gabarito, de acordo com o previsto no subitem 5.2.4.27.



5.2.4.26. Por razões de ordem técnica e de segurança do certame, não serão permitidos:

- a)** o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação das provas, desde a abertura dos portões do local de prova (às 13h) até o término dos trabalhos da coordenação do local de prova;
- b)** a permanência, no local de prova, de candidato que já tenha finalizado a sua prova e deixado a sala de aplicação;
- c)** o fornecimento de qualquer exemplar ou cópia do caderno de provas a candidatos, a autoridades ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso público. No entanto, o caderno da prova objetiva e o seu gabarito preliminar serão disponibilizados no sítio do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>), no dia da realização da prova objetiva, a partir das 20h (horário local).

5.2.4.27. Somente será permitida a saída levando a folha de anotação do gabarito individual da prova objetiva aos candidatos que permanecerem na sala nos últimos 30 (trinta) minutos do tempo total da prova objetiva.

5.2.4.28. Os eventuais erros de digitação verificados nos documentos impressos entregues ao candidato no dia da aplicação das provas, **exceto com relação ao CPF**, deverão ser corrigidos pelo chefe de sala na ata de sala.

5.2.4.28.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos previstos no subitem anterior deverá arcar com as consequências advindas de sua omissão.

5.2.4.29. O IMPARH, órgão responsável pela execução do concurso público, não se responsabilizará pela perda ou pelo extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local da realização das provas, nem por danos a eles causados.

5.3. SEGUNDA ETAPA – DA ANÁLISE DE TÍTULOS

5.3.1. Serão considerados habilitados para essa etapa os candidatos aprovados na primeira etapa - prova objetiva, conforme previsto nos subitens 5.2.2 e seguintes, limitados aos quantitativos descritos no **anexo I** e por ordem decrescente de nota.

5.3.2. A referida etapa será constituída da análise de títulos, de caráter meramente classificatório, com o valor de 40 (quarenta) pontos, distribuídos conforme demonstrado no quadro abaixo. Somente serão aceitos os títulos a seguir relacionados, com os respectivos comprovantes, expedidos até a data-limite prevista para a sua entrega, em modelo padronizado, de acordo com o item 09 e observados os limites de pontos estabelecidos no **quadro III**.



QUADRO III

ÁREAS	Denominação dos títulos	Quantidade de títulos (máximo)	Valor unitário em pontos	Valor máximo em pontos
FORMAÇÃO ACADÊMICA	Doutorado na área de conhecimento da especialidade para a qual o candidato concorre	01	4,0	4,0
	Mestrado na área de conhecimento da especialidade para a qual o candidato concorre	01	3,0	3,0
	Residência Médica referente a especialidade para a qual o candidato concorre	01	10,0	10,0
	Residência Médica referente a outra especialidade para a qual o candidato concorre	02	2,0	4,0
	Título de Especialista na área da especialidade para a qual o candidato concorre ou curso de Especialização, com carga horária mínima de 360 h/a (trezentas e sessenta horas-aula)	02	2,5	5,0
PRODUÇÃO CIENTÍFICA OU TÉCNICA	Capítulos de livros com ISBN na área de saúde	02	0,5	1,0
	Artigos na área de saúde publicados em periódicos científicos indexados	02	0,5	1,0
EXPERIÊNCIA TÉCNICO PROFISSIONAL	Aprovação em concurso público para cargo ou emprego privativo de médico em qualquer especialidade	02	1,0	2,0
	Experiência em preceptoría de Residência Médica credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM	01	1,0	1,0
	Experiência de tempo de serviço na área compatível ao cargo, considerando 1 ponto a cada 12 meses e no máximo 9 anos	09	1,0	9,0
Máximo de pontos				40

5.3.3. O cronograma de entrega da documentação comprobatória dos títulos será disponibilizado na data de divulgação do resultado definitivo da primeira etapa, em edital específico.

5.3.4. O candidato ou o seu procurador (de posse do instrumento procuratório – público ou particular, cuja cópia ficará na posse do IMPARH) deverá entregar, na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS), na sede do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), situado na Avenida João Pessoa, 5609, Damas, Fortaleza-CE, no período indicado no calendário de atividades (**item 09**), no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, a documentação abaixo discriminada, a qual será recebida em **envelope de tamanho A4, fornecido pelo próprio candidato**, no qual deverá ser colado o formulário de entrega de documentação da segunda etapa (“via envelope”) disponibilizado no **anexo VIII**, acompanhada da “via candidato”, ambas devidamente preenchidas e assinadas.

5.3.5. O envelope anteriormente mencionado deverá conter a seguinte documentação:

a) formulário padronizado da análise de títulos, conforme **anexo VII** deste edital e disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>, sem rasura, datado e assinado;



b) cópia autenticada em cartório dos documentos comprobatórios dos títulos descritos no **quadro III** do subitem 5.3.2, conforme o caso;

c) cópia simples do documento oficial de identidade original e CPF.

5.3.6. Em nenhuma hipótese, será aceita a anexação ou a substituição de qualquer documento após a sua entrega ou fora do período estabelecido para a entrega da documentação comprobatória de títulos, nem o seu encaminhamento por fac-símile, postagem, correio eletrônico ou qualquer outro meio que não o previsto no subitem 5.3.4.

5.3.6.1. O IMPARH não devolverá, em hipótese alguma, a documentação entregue para efeito de pontuação da segunda etapa.

5.3.7. A procuração prevista no subitem 5.3.4 poderá ser formalizada por meio de instrumento particular (com firma reconhecida) ou público (expedido em cartório competente), com a cópia simples do documento de identidade de ambos (candidato e procurador).

5.3.8. Não serão avaliados quaisquer títulos diferentes daqueles estabelecidos no **quadro III** do subitem 5.3.2 deste edital, nem aqueles remetidos fora do prazo indicado no subitem 5.3.4.

5.3.9. Os comprovantes de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida por órgão público competente.

5.3.10. Somente serão aceitos diplomas, declarações, certidões ou certificados das instituições referidas no subitem anterior nos quais constem todos os dados necessários à sua devida avaliação.

5.3.11. Diplomas, declarações, certidões ou certificados sem menção de carga horária ou com carga horária inconclusa não serão considerados.

5.3.11.1. O mesmo título não será valorado mais de uma vez.

5.3.11.2. Os certificados ou diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão estar revalidados por universidades públicas brasileiras que tenham curso de mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação nos termos do artigo 48, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

5.3.11.3. Os documentos expressos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução feita para o português por tradutor juramentado.

5.3.11.4. Se o nome do candidato no(s) documento(s) apresentado(s) para a análise de títulos for diferente do nome que consta no formulário de inscrição, deverá ser encaminhado também um comprovante de alteração do nome, sob pena de esse(s) documento(s) não ser(em) considerado(s).

5.3.11.5. Os documentos comprobatórios de títulos não podem conter rasuras nem emendas.

5.3.11.6. Constatada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, se comprovado que agiu de má-fé,



será excluído do concurso.

5.3.11.7. O candidato que estiver aguardando diplomas e/ou certificados de cursos concluídos poderá apresentar certidão de conclusão expedida pela respectiva instituição, conforme o disposto nos subitens 5.3.12.

5.3.11.8. Não serão computados os títulos que excederem o número máximo previsto no **quadro III** do subitem 5.3.2 deste edital.

5.3.11.9. Serão desconsiderados os títulos que não preencherem devidamente os requisitos de comprovação ou cuja documentação entregue pelo candidato revele que os mesmos são inconclusos.

5.3.12. O candidato deverá comprovar sua formação acadêmica conforme determinado nas alíneas abaixo:

a) a comprovação de conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu* poderá ser feita por certificado, declaração ou certidão oficiais expedidos por instituição de ensino superior reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) ou com validade no Brasil, ou seja, devidamente revalidados por instituição de ensino superior credenciada pelo MEC, devendo dele(a) constar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I) o cumprimento, por parte do candidato, de todas as exigências para a conclusão do curso;

II) o título e o resultado do julgamento da dissertação ou da tese, no caso de curso de mestrado ou doutorado, respectivamente;

III) no caso da impossibilidade de apresentação de certificado ou certidão oficial, o candidato poderá apresentar declaração da qual constem todas as informações exigidas nos subitens anteriores, desde que fique comprovado que o candidato já obteve, realmente, o grau de mestre ou de doutor;

b) a comprovação de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização poderá ser feita por certificado, certidão ou declaração de conclusão acompanhados do histórico escolar, com firma reconhecida, expedidos por instituição devidamente credenciada pelo MEC ou com validade no Brasil; a certidão e a declaração deverão conter o título e o resultado do julgamento da monografia apresentada;

c) a conclusão do curso de Residência Médica deverá ser comprovada mediante certificação reconhecida pelo Conselho Nacional de Residência Médica (CNRM) e o título de especialista deverá ser comprovado por concurso promovido por sociedade médica especializada e reconhecida pela Resolução nº 1.634, de 11 de abril de 2002, do Conselho Federal de Medicina (CFM), publicada no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2002, seção I, pág. 81, com suas alterações.

5.3.13. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e seus respectivos certificados de conclusão somente serão considerados de acordo com:



a) o art. 5º e demais dispositivos pertinentes da Resolução nº 12, do Conselho Federal de Educação (CFE), de 06 de outubro de 1983, com vigência no período de 27 de outubro de 1983 a 06 de outubro de 1999;

b) o art. 6º e demais dispositivos pertinentes da Resolução nº 03, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), de 07 de outubro de 1999, com vigência no período de 07 de outubro de 1999 a 02 de abril de 2001;

c) o art. 12 e demais dispositivos pertinentes da Resolução nº 01, da CES/CNE, de 03 de abril de 2001, com vigência no período de 03 de abril de 2001 a 07 de junho de 2007;

d) o art. 1º e demais dispositivos pertinentes da Resolução nº 01, da CES/CNE, de 08 de junho de 2007, em vigência na data de expedição deste edital.

5.3.14. Os capítulos de livros com ISBN deverão ser comprovados por meio de cópia simples da capa da obra, com a identificação do candidato.

5.3.15. Os artigos na área de saúde publicados deverão ser comprovados por meio de cópia simples da capa ou da carta de aceite com a identificação do candidato.

5.3.16. A aprovação em concurso público ou seleção pública deverá ser comprovada exclusivamente por meio de publicação do resultado final do concurso ou da seleção ou do ato de nomeação ou contratação, em seu inteiro teor, em Diário Oficial (ou jornal de grande circulação, na hipótese de o ente federativo não contar com órgão de imprensa oficial).

5.3.17. Para ser atribuída a pontuação relativa ao tempo de serviço/experiência profissional, o candidato deverá entregar a cópia autenticada em cartório da documentação comprobatória que se enquadra em pelo menos uma das alíneas abaixo:

a) cópia do inteiro teor do contrato de trabalho;

b) certidão ou declaração original de órgãos públicos contendo o tempo líquido (ano, mês e dia) de serviço, datado e assinado pelo representante legal, com a descrição da espécie do serviço e das atividades realizadas;

c) cópia das páginas da carteira de trabalho e previdência social – CTPS, com a foto, a qualificação (dados pessoais) e as anotações dos contratos de trabalho que contenham os dados do empregado e empregador;

d) no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço, com firma reconhecida, informando o período (início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado.

5.3.17.1. A declaração e/ou a certidão mencionadas no subitem anterior deverão ser emitidas por dirigentes de órgão de pessoal ou de recursos humanos ou autoridade competente.

5.3.18. O tempo de serviço prestado como voluntário, estagiário e monitor não será aceito como tempo



de experiência profissional.

5.3.19. O tempo de serviço concomitante não será considerado, exceto quando se tratar de atividades de naturezas distintas.

5.3.20. Não será computado o tempo de experiência se o documento a ser analisado não se enquadrar nas exigências constantes do subitem 5.3.17 e de suas alíneas ou se o início ou o término da experiência não estiverem no formato dia/mês/ano.

5.3.21. Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, a anexação ou a substituição de qualquer documento após a sua entrega e fora do período estabelecido para a entrega de documentação comprobatória de título.

5.3.22. Ocorrendo empate de classificação nessa etapa e no resultado final, o desempate entre os candidatos ocorrerá levando-se em conta os critérios abaixo relacionados, sucessivamente:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), até o último dia de inscrição deste concurso;

b) maior nota na prova objetiva;

c) a idade maior, considerando-se ano, mês e dia.

5.3.23. A documentação entregue para efeito de pontuação na segunda etapa não será devolvida, em hipótese alguma.

6. DAS CONDIÇÕES PARA APROVAÇÃO E DO RESULTADO FINAL

6.1. A classificação final obedecerá à ordem decrescente do número de pontos obtidos pelos candidatos aprovados em todas as etapas, de acordo com a nota final (NF).

6.2. A nota final (NF) corresponde à pontuação obtida pelo candidato aprovado e classificado em todas as etapas do certame e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = NPO + NAT$$

Onde:

NF = nota final

NPO = nota da prova objetiva

NAT = nota da análise de títulos

6.3. Serão considerados aprovados (classificados ou integrantes do cadastro de reserva, dependendo da classificação no certame) os candidatos que atenderem às condições previstas no subitem 5.3.1.



6.4. Em caso de empate na classificação final, o desempate entre os candidatos ocorrerá levando-se em conta os critérios relacionados no subitem 5.3.22, sucessivamente.

6.5. Serão considerados reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos que não satisfizerem os requisitos fixados no subitem 5.3.1 deste edital.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Admitir-se-á recurso administrativo contestando:

- a) o resultado preliminar da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- b) o resultado preliminar da solicitação de inscrição;
- c) o conteúdo de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva;
- d) o resultado preliminar da prova objetiva;
- e) o resultado preliminar da análise de títulos.

7.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, com exceção do recurso contra o resultado preliminar da solicitação de isenção da taxa de inscrição, contados a partir da data da divulgação dos eventos elencados no subitem 7.1, no endereço eletrônico <http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>.

7.3. Admitir-se-á um único recurso, por candidato, contra cada evento elencado no subitem 7.1 deste edital.

7.4. Todos os recursos deverão ser dirigidos à Presidência do IMPARH, formalizados por meio de processo administrativo, desde que devidamente fundamentados, inclusive com referências bibliográficas (e a disponibilização, em cópias legíveis, dos textos referenciados), dentro do prazo estabelecido no subitem 7.2 e entregues, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na Diretoria de Concursos e Seleções (DCS) do IMPARH, situado na Avenida João Pessoa, 5609, Damas, Fortaleza-CE.

7.4.1. O candidato deverá anexar também a cópia do documento oficial de identidade original e do comprovante de inscrição. No caso de recurso interposto contra o indeferimento da inscrição, o candidato deverá anexar ainda o comprovante de pagamento da taxa correspondente. No caso de recurso interposto por procurador, este deverá anexar a cópia do seu documento oficial de identidade original e a respectiva procuração particular ou pública, além dos documentos indicados anteriormente.

7.5. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, com a indicação do nome do concurso público, do nome do candidato, do número de inscrição e do CPF do candidato, bem como a assinatura do candidato ou do seu procurador. No caso de recurso interposto por procurador, este



deverá indicar o CPF do candidato no requerimento de recurso administrativo, anexando a respectiva procuração particular ou pública.

7.6. Não serão apreciados os recursos interpostos contra avaliação, nota ou resultado de outro(s) candidato(s).

7.7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada, para tanto, a data do protocolo.

7.8. O recurso interposto tempestivamente terá efeito suspensivo quanto ao objeto requerido, até que seja conhecida a decisão.

7.9. Se do exame dos recursos resultar a anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que efetivamente fizeram a prova, independentemente da formulação de recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. O resultado final dos candidatos classificados e integrantes do cadastro de reserva será devidamente homologado e publicado no portal do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>), obedecendo-se rigorosamente à ordem crescente de classificação final, não se admitindo recurso contra esse resultado.

8.2. A homologação do resultado do concurso público será feita por ato do Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.3. O Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá, a seu critério, antes da homologação do resultado do concurso público, suspender, alterar ou cancelar o certame, não assistindo aos candidatos o direito à interposição de recurso administrativo contra tais atos.

8.4. A publicação no Diário Oficial do Município (DOM) substitui atestados, certidões ou certificados relativos à classificação, média ou nota do candidato.

9. DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA PROVÁVEL
Solicitação de inscrição pela internet (http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh)	07/julho a 07/agosto/2015
Entrega de laudo médico	08/julho a 11/agosto/2015
Solicitação de isenção da taxa de inscrição pelo <i>site</i> (http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh)	08 e 09/julho/2015
Entrega da documentação da solicitação de isenção da taxa de inscrição presencial	09 e 10/julho/2015



ATIVIDADE	DATA PROVÁVEL
Resultado preliminar da solicitação da isenção da taxa de inscrição	20/julho/2015
Recurso contra o resultado preliminar da solicitação da isenção da taxa de inscrição	21 e 22 /julho/2015
Resultado definitivo da solicitação da isenção da taxa de inscrição	29/julho/2015
Resultado preliminar da solicitação de inscrição	07/agosto/2015
Recurso contra o resultado preliminar da solicitação de inscrição	10 e 11/agosto/2015
Resultado definitivo da solicitação de inscrição (homologação)	21/agosto/2015
Disponibilização do cartão de identificação por meio do portal do IMPARH	09/setembro/2015
Primeira Etapa - Aplicação da prova objetiva	13/setembro/2015
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva (a partir das 20h)	13/setembro/2015, a partir das 20h
Recurso contra questões e o gabarito preliminar da prova objetiva	14 e 15/setembro/2015
Resultado definitivo do gabarito da prova objetiva	25/setembro/2015
Resultado preliminar da primeira etapa - prova objetiva	28/setembro/2015
Recurso contra o resultado preliminar da primeira etapa - prova objetiva	29 e 30/setembro/2015
Resultado definitivo da primeira etapa (prova objetiva) e divulgação do cronograma para a realização da segunda etapa (análise de títulos)	13/outubro/2015
Segunda etapa - Entrega de documentação comprobatória de títulos (de acordo com o cronograma divulgado)	14 e 15/outubro/2015
Resultado preliminar da segunda etapa - análise de títulos	09/novembro/2015
Recurso contra o resultado preliminar da segunda etapa - análise de títulos	10 e 11/novembro/2015
Resultado final e ato de homologação	24/novembro/2015

10. DAS VAGAS DO CARGO DE MÉDICO NAS DIVERSAS ESPECIALIDADES E DA LOTAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

10.1. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) disponibilizará 43 (quarenta e três) vagas para médico nas diversas especialidades, de acordo com a necessidade e a conveniência da administração pública.

10.2. O candidato devidamente convocado que não aceitar a vaga disponível ofertada por ocasião da sua convocação deverá assinar um termo de desistência, fornecido pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

10.3. As vagas remanescentes serão ocupadas pelos candidatos que compuserem o cadastro de reserva.

11. DA CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

11.1. Os candidatos serão convocados para a nomeação, oportunamente, mediante edital publicado no



Diário Oficial do Município de Fortaleza (DOM), a critério da administração pública, obedecendo-se à ordem crescente de classificação dos candidatos aprovados. Será considerado desistente o candidato que não comparecer ao local indicado na data e no prazo determinado no referido edital.

11.2. A nomeação do candidato aprovado no concurso público em epígrafe fica condicionada à satisfação das exigências constantes deste edital e de outras condições complementares exigidas de acordo com a legislação vigente, no prazo constante da convocação feita pela Prefeitura de Fortaleza, obedecendo-se à rigorosa ordem de classificação e à disponibilidade orçamentária e financeira do ente contratante, de acordo com o consignado na Lei Orçamentária Municipal vigente.

11.3. Os candidatos aprovados no concurso público, por ocasião de sua convocação, deverão apresentar os documentos exigidos para a nomeação, conforme estabelecido no item 12, além de outros documentos necessários para a admissão no serviço público municipal.

12. DAS CONDIÇÕES PARA A INVESTIDURA DO CARGO EFETIVO

12.1. O candidato aprovado no concurso público de que trata este edital será nomeado para o cargo de médico se atendidas as seguintes exigências:

- a)** ter sido aprovado no concurso público, na forma estabelecida neste edital;
- b)** ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com o reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e no §1º, do art. 12, da Constituição Federal de 1988; no caso de estrangeiros de outras nacionalidades, deverá ser observado o disposto no inciso I do art. 37 da Constituição Federal de 1988;
- c)** gozar dos direitos políticos;
- d)** estar quite com as obrigações eleitorais;
- e)** estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- f)** apresentar o requisito exigido para o exercício do cargo de médico, de acordo com o previsto no **anexo I** deste edital;
- g)** ter idade mínima de 18 anos à época da nomeação;
- h)** ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por perícia médica oficial do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza (IPM);
- i)** não estar suspenso do exercício profissional nem cumprindo qualquer outra penalidade disciplinar;
- j)** apresentar certidão dos foros da justiça, em níveis estadual e federal, no âmbito de competência jurisdicional dos Estados onde residiu nos últimos dois anos, expedida, no máximo, há seis meses;



- k)** apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde residiu nos últimos dois anos, expedida, no máximo, há seis meses;
- l)** não possuir vínculo com as administrações direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive o de Fortaleza, bem como com suas subsidiárias e/ou controladas, salvo nos casos de acumulação lícita de cargos, quando a compatibilidade de carga horária deverá observar a exigência da atuação do profissional;
- m)** ter disponibilidade de 144 (cento e quarenta e quatro) horas mensais para o exercício do cargo de médico, nas diversas especialidades;
- n)** não ter sido condenado, em sede de processo administrativo disciplinar ou de ação judicial, com a pena de demissão do serviço público no âmbito da Prefeitura de Fortaleza.

12.2. Além dos comprovantes das situações acima relacionadas, poderá ser exigida, por ocasião da posse, a apresentação de outros documentos necessários para a admissão no serviço público municipal. A relação desses documentos será divulgada ao candidato no momento da sua convocação.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. Este concurso público tem prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado final.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todo o conjunto de atividades, ações, informações, requerimentos, respostas de recursos, resultados das diversas etapas e demais atos pertinentes, até a disponibilização do resultado final, será divulgado, exclusivamente, no portal do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>).

14.2. Em situações excepcionais, o IMPARH poderá entrar em contato telefônico ou enviar *e-mail* para os candidatos inscritos por meio dos registros constantes do formulário de inscrição, de acordo com os dados fornecidos pelos próprios candidatos.

14.3. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas ou a nomeação do candidato, desde que verificadas falsidades de declaração ou irregularidades na realização das provas ou nos documentos apresentados.

14.4. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização:

- a)** for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b)** for flagrado, inclusive através do uso de detector de metal, portando ou utilizando o material descrito no subitem 5.2.4.14;



- c) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- d) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e o cartão-resposta;
- g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão-resposta;
- h) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou impressão digital;
- i) for surpreendido portando qualquer tipo de arma.

14.5. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato tenha se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.

14.6. Não será expedida ou enviada nenhuma correspondência ou convocação aos candidatos para nenhum procedimento previsto para o concurso de que trata este edital.

14.7. Não será expedido qualquer documento comprobatório de aprovação/classificação no concurso, valendo para esse fim as publicações oficiais.

14.8. Os pertences pessoais dos candidatos, tais como bolsa, carteira, boné e similares, óculos escuros, aparelho celular, eletrônicos, protetor auricular e quaisquer outros materiais por ele portados, deverão ser acondicionados no porta-objeto disponibilizado pelo IMPARH, o qual deverá ser colocado sob a cadeira e ali permanecer até o término da prova. O porta-objeto só poderá ser aberto após a saída do candidato do local da prova.

14.9. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, não serão fornecidos exemplares dos cadernos de provas a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso. O candidato deverá consultar, no endereço eletrônico do IMPARH (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/imparh>), conforme previsto no item 9, as datas de divulgação das questões da prova objetiva, do gabarito preliminar e do resultado preliminar. As questões da aludida prova ficarão disponíveis no portal do instituto até a divulgação do resultado final do concurso.

14.10. O provimento dos cargos obedecerá rigorosamente à ordem crescente de classificação final dos candidatos.

14.11. O candidato classificado será convocado por meio de edital expedido pela SMS/SEPOG, sendo que a ordem de chamada para a escolha do local de lotação obedecerá rigorosamente à ordem crescente de classificação final dos candidatos.

14.12. Os casos omissos, no que concerne aos aspectos técnicos e operacionais referentes ao concurso público, especialmente no que diz respeito à inscrição, prova e classificação, serão resolvidos





pela Presidência do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), por intermédio da comissão coordenadora do certame.

14.13. A Comarca de Fortaleza é o foro competente para decidir quaisquer ações judiciais ou medidas extrajudiciais interpostas com respeito ao presente edital e ao respectivo concurso público.

Fortaleza, 02 de julho de 2015.

Philippe Theophilo Nottingham
Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão

Maria do Perpétuo Socorro Martins Breckenfeld
Secretária Municipal da Saúde

André Ramos Silva
Presidente do IMPARH





PREFEITURA DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO

ANEXO I AO EDITAL Nº 61/2015

Área/Especialidade	Carga horária (mensal)	Número de Vagas			Aprovados para a 2ª etapa	Vencimento básico (R\$)	Requisito (conforme PCCS – Lei Municipal nº 9.310, de 06 de dezembro de 2007)
		Ampla concorrência	Candidatos com deficiência	Total de vagas			
CLÍNICA GERAL	144h	08	-	08	48	2.974,36	Curso de graduação completo em Medicina com registro profissional e título de especialista reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB) ou título de especialização reconhecido pelo Ministério da Educação ou residência médica (a formação deverá ser em área correlata ao cargo, de acordo com cada especialidade)
CIRURGIA GERAL		08	-	08	48		
MEDICINA INTENSIVA		01	-	01	06		
PEDIATRIA		01	-	01	06		
ANESTESIOLOGIA		11	01	12	72		
TRAUMATO-ORTOPEDIA		12	01	13	65		
TOTAL		41	02	43	245		



PREFEITURA DE FORTALEZA
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH**

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO**

ANEXO II AO EDITAL Nº 61/2015

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

Prova de Conhecimentos Gerais:

1. Constituição Federativa do Brasil de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção I, Artigos 194, 195, 196, 197, 198, 199 e 200;
2. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
3. Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
4. NOB – SUS – 1996
5. Portaria Nº 373, de 27 de fevereiro de 2002 – NOAS – SUS 01/2002;
6. Código de Ética Médica – Resolução CFM Nº 1.931/2009

Prova de Conhecimentos Específicos:

Especialidade: Médico Anestesiologista

1. Fisiologia e Fisiopatologia Respiratórias - Farmacologia do sistema respiratório
2. Fisiologia e Fisiopatologia do Sistema Cardiovascular - Farmacologia do sistema cardiovascular
3. Equilíbrio hidroeletrólítico e Ácido-base;
4. Farmacologia dos Autacóides, Eucosanóides, Encefalinas e Endorfinas – Reações anafiláticas e anafilactóides;
5. Reposição e transfusão - Coagulação e coagulopatias - choque;
6. Anestesia Venosa - Farmacologia, técnicas e indicações;
7. Anestesia Inalatória - Intubação traquel e Física aplicada à anestesia;
8. Anestésicos Locais;
9. Bloqueios Subaracnóides, Epidural e dos Nervos Periféricos;
10. Anestesia para Procedimentos Diagnósticos, Laparoscopia e Histeroscopia;
11. Recuperação Pós-Anestésica e Complicações Anestésicas;
12. Anestesia em Urgência e Cirurgia Ambulatorial;
13. Equipamentos de Anestesia - Ventilação Artificial e Terapia Intensiva;
14. Parada Cárdio-Respiratória e Reanimação e Monitorização em Anestesia;



15. Regulação Médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e prorrogação em UTI, conceito vaga-zero);
16. Aspectos éticos-legais do atendimento de urgências e emergências.

Especialidade: Médico Cirurgião Geral

1. Atendimento inicial ao politraumatizado (suporte de vida) = ATLS
2. Choque e suporte transfusional
3. Infecção e antibioticoterapia em cirurgia;
4. Cuidados relativos ao pré-operatório e ao pós-operatório
5. Abordagem e condutas referentes aos traumas cervical, torácico, abdominal e vascular
6. Abdome agudo não-traumático
7. Regulação médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e priorização em UTI, conceito vaga-zero)
8. Aspectos ético-legais do atendimento de urgência e emergência

Especialidade: Médico Pediatra

1. Semiologia Pediátrica
 - a) Exame do RN (Somático e Neurológico)
 - b) Exame do Lactente
2. Morbi-Mortalidade Infantil: Tecnologias de Intervenção
 - a) Doença diarreica
 - b) Infecção Respiratória Aguda
 - c) Asma
3. Neonatologia
 - a) Atendimento ao RN em sala de parto
 - b) Características gerais do RN a termo e prematuro
 - c) Icterícia Neonatal
 - d) Infecções Neonatais congênitas e inespecíficas
 - e) Distúrbio Respiratórios do RN
 - f) Anoxia Perinatal
4. Problemas mais comuns no RN e lactente
 - a) Regurgitação e Vômitos
5. Doenças infecciosas mais comuns
 - a) Sarampo, Coqueluche, Difteria, Tétano, Meningites, Hepatites, Varicela, Calazar, Escarlatina, Rubéola, Doença de Kawasaki, AIDS, Dengue.
6. Outras doenças infantis
 - a) Síndrome Nefrótica e Nefrítica, Cardite Reumática, Leucoses, Vulvovaginites, Osteomielite, Artrites, Câncer na Infância.
7. Acidentes
 - a) Choque elétrico
 - b) Afogamento
 - c) Queimadura
 - d) Politrauma
8. Regulação Médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e prorrogação em UTI, conceito vaga-zero);
 - a) Aspectos éticos-legais do atendimento de urgências e emergências

Especialidade: Médico Intensivista

1. Doenças Infecciosas e Parasitárias: cólera, endocardite infecciosa, febre reumática, miocardites,



- malária, leptospirose, dengue, febre amarela, hepatites, SIDA/AIDS, estafilococcias e septicemias.
2. Doenças Endócrinas: insuficiência da supra-renal aguda e diabetes mellitus
 3. Doenças do Sistema Nervoso: comas, hipertensão intracraniana, síndrome convulsiva e polineuropatias
 4. Doenças Cardiovasculares: doença hipertensiva, doença coronária, insuficiência cardíaca, doença cerebrovasculares, miocardites, endocardite infecciosa, arritmias cardíacas, choque circulatório e choque anafilático
 5. Doenças do Aparelho Respiratório: pneumonias, abscesso pulmonar, insuficiência respiratória e DBPOC/asma.
 6. Unidade de Terapia Intensiva: Normas de funcionamento e manejos de aparelhagem e instrumentos; cuidados especiais (suporte nutricional, distúrbio hidro-eletrolíticos, transfusão de sangue hemoderivados).
 7. Regulação Médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e prorrogação em UTI, conceito vaga- zero;
 8. Aspectos éticos-legais do atendimento de urgências e emergências

Especialidade: Médico Clínico Geral

1. Doenças Infecciosas e Parasitárias: cólera, amebíase, gastroenterites, febre tifóide e intoxicações alimentares; ancilostomíase, ascaridíase, esquistossomose, teníase/cisticercose e estrogiloidíase; sífilis e gonorréia; tétano e rubéola; doença de Chagas, malária e leishmanioses e leptospirose; caxumba, hepatites virais, raiva, SIDA/AIDS, meningite viral, mononucleose infecciosa, varicela-zóster e dengue; meningites bacterianas, peste, tuberculose, hanseníase, febre reumática, estafilococcias, estreptococcias e septicemias.
2. Doenças do Sistema Nervoso: comas, hipertensão intracraniana, epilepsias, neuropatias periféricas e doenças da junção neuro-muscular.
3. Doenças Cardiovasculares: doença hipertensiva, doença coronária, insuficiência cardíaca, doença cerebrovascular; miocardites, aterosclerose, endocardite infecciosa, arritmias cardíacas e choque circulatório.
4. Doenças do Aparelho Respiratório: gripe, resfriado comum, pneumonias, abscesso pulmonar, insuficiência respiratória, silicose e DBPOC/asma.
5. Epidemiologia Clínica: conceitos gerais e aplicações, anormalidade, testes diagnósticos, medidas de frequência, fatores de risco, prognóstico, tratamento, prevenção, causalidade em medicina, meta-análises em medicina.
6. Reanimação Cardio-respiratória (ACLS)
7. Regulação Médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e prorrogação em UTI, conceito vaga- zero;
8. Aspectos éticos-legais do atendimento de urgências e emergências

Especialidade: Médico Traumatologista

1. Anatomia do Aparelho Locomotor;
2. Bases do diagnóstico e da terapia em Doenças do Aparelho Locomotor;
3. Lesões Traumáticas do Aparelho Locomotor;
4. Cirurgia do Aparelho Locomotor;
5. Atendimento ao Politraumatizado;
6. Ortopedia - adulto e infantil;
7. Urgências e emergências em Traumatologia;
8. Regulação Médica das urgências e emergências (transporte inter-hospitalar, indicação e prorrogação em UTI, conceito vaga- zero;
9. Aspectos éticos-legais do atendimento de urgências e emergências.





PREFEITURA DE FORTALEZA

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS

**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH**

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO**

ANEXO III AO EDITAL Nº 61/2015

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO (Lei Municipal nº 9.310, de 06 de dezembro de 2007)

- Subsidiar a elaboração e viabilização de política de saúde pública;
- Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos do setor de saúde;
- Planejar e executar programas de educação sanitária, estudando medidas que visam à prevenção de doenças;
- Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidade, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
- Realizar ou supervisionar e interpretar exames radiológicos, bioquímicos, hematológicos e outros, empregando técnicas especiais ou orientando a sua execução, para confirmação de diagnóstico;
- Prestar assistência médica integrada aos indivíduos;
- Proceder ao acompanhamento de tratamentos ambulatoriais e hospitalares;
- Realizar exames médicos para admissões, licenças, aposentadorias, transferências e adaptação de funcionários, bem como realizar exames periódicos e perícias médicas;
- Estudar a importância do fator humano no acidente e estabelecer medidas para o atendimento do acidentado e/ou medidas de prevenção;
- Proceder ao levantamento das doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos;
- Registrar no prontuário a consulta e/ou atendimento prestado ao indivíduo;
- Indicar internação e acompanhar pacientes hospitalizados, prescrevendo e/ou executando as ações terapêuticas indicadas em cada caso;
- Treinar e/ou orientar servidores em técnicas específicas de saúde pública ao nível de apoio e execução ou melhoria de desempenho;
- Executar outras tarefas correlatas.





PREFEITURA DE FORTALEZA
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH**

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO**

ANEXO IV AO EDITAL Nº 61/2015

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO		SEQ.: <input type="text"/>
NOME DO CANDIDATO:		Nº INSCRIÇÃO:
Nº IDENTIDADE	CPF	TELEFONE

REQUER AO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO/ESPECIALIDADES, CONFORME PREVISTO NO EDITAL Nº 61/2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO	DATA ____/____/____
-------------------------	------------------------

TIPO DE ISENÇÃO:

- ESTÁ DESEMPREGADO
- GANHA ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS
- DOADOR DE SANGUE

RESERVADO AO IMPARH

DEFERIDO () INDEFERIDO () _____ _____
--






ANEXO V AO EDITAL Nº 61/2015

FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

SEQ.:

 <p>Prefeitura de Fortaleza Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão</p>	<p>PREFEITURA DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IMPARH EDITAL Nº 61/2015 - CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO</p>	<p>VIA ENVELOPE</p>
---	--	----------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO:		Nº INSCRIÇÃO:
Nº IDENTIDADE	CPF	DATA ATUAL

TOTAL DE FOLHAS ENTREGUES:

ESPECIALIDADE:

NÃO É PERMITIDO AO ATENDENTE FORNECER INFORMAÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CANDIDATO. TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME. A CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS SERÁ REALIZADA EXCLUSIVAMENTE PELA BANCA EXAMINADORA.


OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO ATENDENTE	ASSINATURA DO CANDIDATO
--------------------------------	--------------------------------

DESTACAR E COLAR ESTE CANHOTO NO ENVELOPE

✕

DESTACAR E ENTREGAR ESTE CANHOTO NO IMPARH

 <p>Prefeitura de Fortaleza Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão</p>	<p>PREFEITURA DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IMPARH EDITAL Nº 61/2015 - CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO</p>	<p>VIA CANDIDATO</p>
---	--	-----------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO:		Nº INSCRIÇÃO:
Nº IDENTIDADE	CPF	DATA ATUAL

TOTAL DE FOLHAS ENTREGUES:

ESPECIALIDADE:

NÃO É PERMITIDO AO ATENDENTE FORNECER INFORMAÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CANDIDATO. TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME. A CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS SERÁ REALIZADA EXCLUSIVAMENTE PELA BANCA EXAMINADORA.

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO ATENDENTE	ASSINATURA DO CANDIDATO
--------------------------------	--------------------------------





PREFEITURA DE FORTALEZA
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH**

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO**

ANEXO VI AO EDITAL Nº 61/2015

DECLARAÇÃO

Eu, _____, residente e domiciliado(a) na _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que não me encontro em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada e que não possuo renda de nenhuma natureza.

Fortaleza, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)



PREFEITURA DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS – IMPARH

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO

ANEXO VII AO EDITAL Nº 61/2015

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE ANÁLISE DE TÍTULOS

_____, candidato(a) ao cargo de médico, na especialidade de _____, cujo número de inscrição é _____, reconhece que é de sua exclusiva responsabilidade o teor das informações apresentadas e que os títulos, declarações e documentos a seguir relacionados são verdadeiros e válidos na forma da lei, sendo comprovados mediante cópias em anexo autenticadas em cartório, numeradas e ordenadas, num total de _____ folhas, que compõem este MODELO, para fins de atribuição de pontos de conformidade com a análise dos títulos pela banca examinadora, com vistas à classificação na segunda etapa.

DENOMINAÇÃO DOS TÍTULOS	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO	VALOR ESTIMADO*	VALOR OBTIDO**
Doutorado na área de conhecimento da especialidade para a qual o candidato concorre	Máximo de 01 (um) diploma, certidão oficial ou declaração	4,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Mestrado na área de conhecimento da especialidade para a qual o candidato concorre	Máximo de 01 (um) diploma, certidão oficial ou declaração	3,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Residência Médica referente a especialidade para a qual o candidato concorre	Máximo de 01 (um) certificado, certidão oficial ou declaração	10,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Residência Médica referente a outra especialidade	Máximo de 02 (dois) certificados, certidões oficiais ou declarações (2,0 pontos para cada certificado,	4,0	Pontuação	



	certidão oficial ou declaração)		Nº da folha	
Título de Especialista na área da especialidade para a qual o candidato concorre ou curso de Especialização, com carga horária mínima de 360 h/a (trezentas e sessenta horas-aula)	Máximo de 02 (dois) certificados, certidões oficiais ou declarações (2,5 pontos para cada certificado, certidão oficial ou declaração)	5,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Capítulos de livros com ISBN na área de saúde	Máximo de 02 (dois) capítulos de livros (0,5 ponto para cada publicação comprovada de capítulo de livro)	1,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Artigos na área de saúde publicados em periódicos científicos indexados	Máximo de 02 (dois) artigos (0,5 ponto para cada publicação comprovada de artigo)	1,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Aprovação em concurso público para cargo ou emprego privativo de médico em qualquer especialidade	Máximo de 02 (duas) aprovações (1,0 ponto para cada aprovação comprovada)	2,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Experiência em preceptoría de Residência Médica credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM	Máximo de 01 (um) ano completo de preceptoría	1,0	Pontuação	
			Nº da folha	
Experiência de tempo de serviço na área compatível ao cargo	Máximo de 09 (nove) anos (1,0 ponto por cada período completo de 12 doze meses)	9,0	Pontuação	
			Nº da folha	
TOTAL				

* Campo a ser preenchido pelo candidato (colocar “00” quando não houver pontuação).

** Campo de preenchimento exclusivo do IMPARH.

Observações:

Fortaleza, de _____ de 2015.

Assinatura do(a) candidato(a) ou procurador(a)

OBS.: Os documentos comprobatórios devem ser apresentados em fotocópia autenticada, numerados, ordenados e anexados para a análise da documentação.






ANEXO VIII AO EDITAL Nº 61/2015

SEQ.:

FORMULÁRIO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO – SEGUNDA ETAPA

 Prefeitura de Fortaleza <small>Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos</small> <small>Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão</small>	PREFEITURA DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IMPARH EDITAL Nº 61/2015 - CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO	VIA ENVELOPE
	RECEBIMENTO DE TÍTULOS IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	

NOME DO CANDIDATO:		Nº INSCRIÇÃO:
Nº IDENTIDADE	CPF	DATA ATUAL

TOTAL DE FOLHAS ENTREGUES:	ESPECIALIDADE:
-----------------------------------	-----------------------

NÃO É PERMITIDO AO ATENDENTE FORNECER INFORMAÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CANDIDATO. TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME.
A CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS SERÁ REALIZADA EXCLUSIVAMENTE PELA BANCA EXAMINADORA.


OBSERVAÇÕES:

ATENDENTE	CANDIDATO
------------------	------------------

DESTACAR E COLAR ESTE CANHOTO NO ENVELOPE



DESTACAR E ENTREGAR ESTE CANHOTO NO IMPARH

 Prefeitura de Fortaleza <small>Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos</small> <small>Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão</small>	PREFEITURA DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IMPARH EDITAL Nº 61/2015 - CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO	VIA CANDIDATO
	RECEBIMENTO DE TÍTULOS IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	

NOME DO CANDIDATO:		Nº INSCRIÇÃO:
Nº IDENTIDADE	CPF	DATA ATUAL

TOTAL DE FOLHAS ENTREGUES:	ESPECIALIDADE:
-----------------------------------	-----------------------

NÃO É PERMITIDO AO ATENDENTE FORNECER INFORMAÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CANDIDATO. TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME.
A CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS SERÁ REALIZADA EXCLUSIVAMENTE PELA BANCA EXAMINADORA.

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO ATENDENTE	ASSINATURA DO CANDIDATO
--------------------------------	--------------------------------

